FLORESTAS · PT

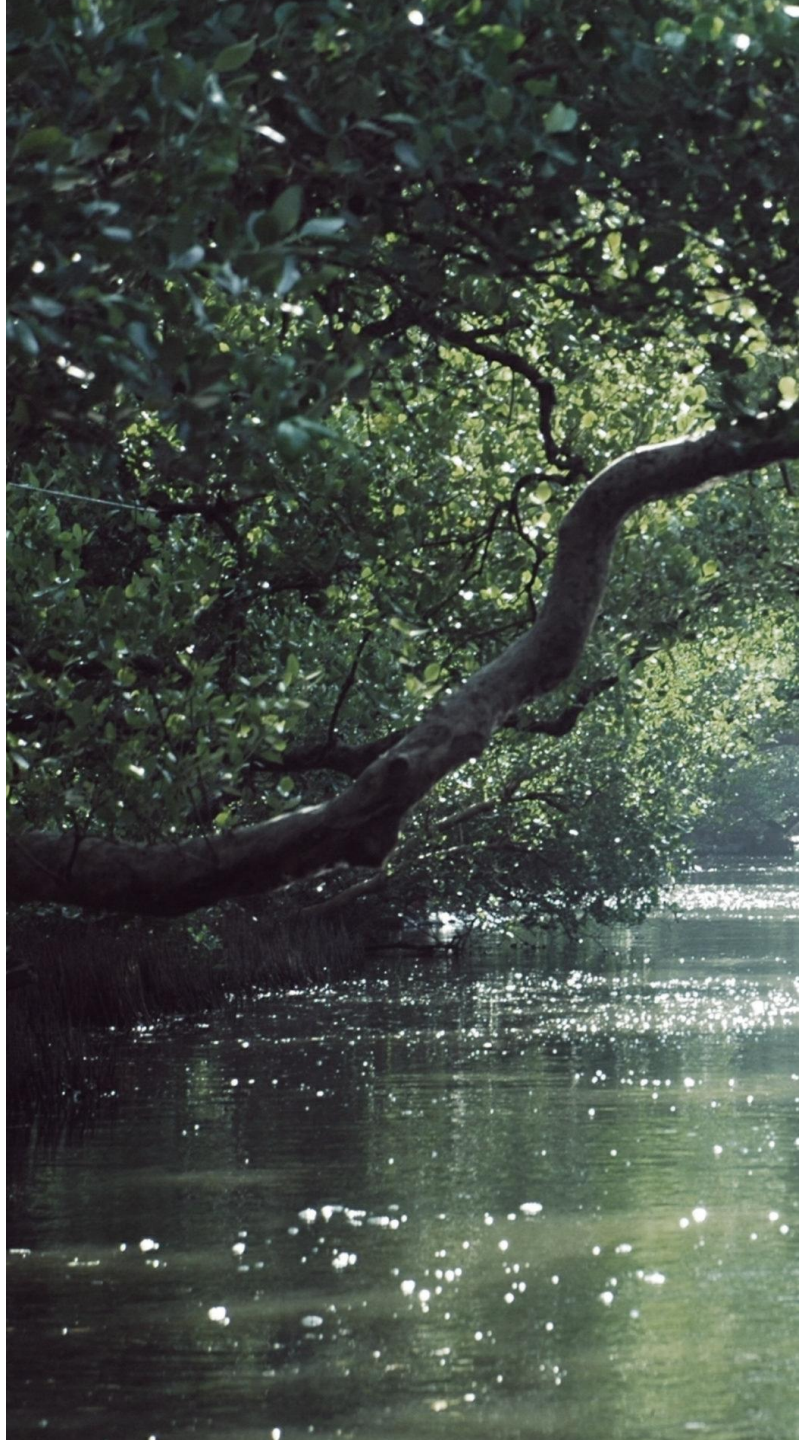
Um hectare para além do carbono

O que faz a floresta e quem lhe paga?

Nuno Gaspar de Oliveira

CEO e cofundador, NBI — Natural Business Intelligence

28 de setembro de 2026



Índice

I. Introdução 3

II. O que faz e quanto vale um hectare? 5

III. O que é que o carbono vê? 8

IV. O que vê a lei? 9

V. Quem pode pagar ao hectare? 11

VI. O dono do hectare 13

VII. Uma questão em aberto 15

- Nota biográfica 16



I. Introdução

2025

Arderam 270 mil hectares.

A conta oficial das perdas diretas foi de 85 milhões de euros.

314 € por hectare ardido

No mesmo ano…

O sistema de gestão de fogos rurais gastou 600 milhões de euros. E os incêndios libertaram 3,6 milhões de toneladas de carbono, cerca de um quarto das emissões do país.

Se um hectare de floresta valesse mesmo 314 euros, ninguém gastaria 600 milhões por ano a defender a floresta.

O que está esta conta a ver e o que lhe falta considerar?

Fontes: APA, Relatório do Estado do Ambiente (incêndios rurais 2025); AGIF/SGIFR, relatório 2025 (jul. 2026)

I. Introdução

De onde vêm os exemplos que vamos ver nesta sessão?

- Alentejo Wine & Nature Carbon Bank, com a Comissão Vitivinícola Regional Alentejana;
- Estratégia de base ecológica do Fundo Florestas de Portugal, gerido pela Fidelidade Sociedade Gestora;
- Metodologia de carbono azul para o Mercado Voluntário de Carbono, com a ANA Aeroportos;
- Coordenação do Grupo de Trabalho em Nature Finance do BCSD Portugal.

NBI
Natural Business Intelligence

Fontes: nbi.pt; ficha pública do B Lab (setembro de 2026); AI², Agência para a Investigação e Inovação (julho de 2026)

II. O que faz e quanto vale um hectare?

O que faz um hectare? O exemplo de um parque de 6 000 hectares, medido em 2026

~2 800 m³

de água recarregada por hectare e por ano nos aquíferos do Parque das Serras do Porto (Gondomar, Paredes, Valongo).

~410 t CO_2e

de carbono armazenado por hectare, em média, na vegetação e no solo do Parque.

1 em 5

hectares com alto valor de biodiversidade (1 264 de 6 000 hectares), a acompanhar *habitats*, fauna e flora.

Nenhum destes três números tem hoje um preço em Portugal

A água que sai limpa, o carbono que já está guardado e o *habitat* que ninguém compra ficam fora das contas nacionais. Portugal só passa a reportar contas de ecossistemas ao Eurostat – extensão, condição e serviços – no final de 2026: o balanço do maior ativo do país está a ser construído agora.

Fontes: NBI, diagnóstico dos serviços dos ecossistemas do Parque das Serras do Porto (2026, em curso), valores médios por hectare calculados sobre 6 000 ha; IPMA e INE, contas dos ecossistemas (RCM 121/2024)

II. O que faz e quanto vale um hectare?

Custo de oportunidade: o que o hectare recebe hoje e o que ninguém lhe paga

~360 €

por hectare e por ano: o volume de negócios das empresas silvícolas em 2024 (1,2 mil milhões de euros) dividido pela floresta do continente

314 €

por hectare ardido: a perda direta que a conta oficial reconheceu em 2025, madeira, culturas e serviços incluídos

0 €

o preço de referência que existe hoje em Portugal para a água, o solo e o *habitat* que o hectare produz

O mercado paga a madeira ao hectare. A sociedade recebe o resto de graça.

A diferença entre o que o hectare presta e os cerca de 360 euros que fatura é o custo de oportunidade de quem gere floresta. Quando o custo de oportunidade é este, o abandono deixa de ser um mistério e passa a ser uma resposta racional.

Fontes: INE, volume de negócios das empresas silvícolas 2024 (dados provisórios, via florestas.pt, fev. 2026), sobre 3,36 M ha de floresta; AGIF/SGIFR, perdas diretas 2025; APA, área ardida 2025

II. O que faz e quanto vale um hectare?

Custo da inação: o que já pagamos por não gerir, conservar e restaurar

600 M€ em 2025

investimento global do sistema de gestão integrada de fogos rurais, 54% em prevenção; mesmo assim, 84% da área ardeu em zonas de perigosidade alta ou muito alta.

5,3 mil M€

prejuízos do comboio de tempestades de janeiro e fevereiro de 2026, no pedido de Portugal ao Fundo de Solidariedade da UE.

10 M€ + 41.250 €/dia

condenação de Portugal pelo Tribunal de Justiça da UE, em março de 2026, por 55 sítios da Rede Natura 2000 sem proteção adequada.

O que estes três números têm em comum?

São contas pagas pela sociedade por uma paisagem sem gestão, sem resiliência e sem planos.

O Estado paga por não gerir, e não paga a quem gere.

Fontes: AGIF/SGIFR, relatório 2025 (investimento global do sistema); Ministério da Economia e da Coesão Territorial, pedido ao Fundo de Solidariedade da UE (abril de 2026); TJUE, acórdão C-613/24, 5 de março de 2026

III. O que é que o carbono vê?

A tonelada de CO_2 é a única palavra de biodiversidade que a contabilidade aprendeu a dizer

Vê uma coisa

Paga a tonelada e deixa de fora a água, o solo, o *habitat* e o fogo evitado. Um único incentivo desenha um único tipo de floresta.

Não vê o fogo a tempo

Os incêndios de 2025 emitiram 3,6 milhões de toneladas; o primeiro projeto do mercado nacional, no Sabugal, sequestra 2 976 toneladas em 40 anos. Na Califórnia, o fogo já consumiu 30% da reserva de garantia prevista para um século.

Perdeu confiança e valor

Estudos independentes puseram em causa a adicionalidade de projetos de desflorestação evitada; o mercado voluntário valeu 535 milhões USD em 2024, cerca de 75% abaixo de 2021.

O carbono continua a valer. Vale mais como um serviço entre vários de uma floresta gerida, conservada ou restaurada: no Mercado Voluntário de Carbono, o crédito só ganha o «+» quando a biodiversidade e o solo são verificados pelo procedimento FSC.

Fontes: AGIF/SGIFR (emissões dos incêndios de 2025); DN (jul. 2026), primeiros créditos do MVC; Badgley (2024), Global Change Biology; West et al. (2023), Science; Ecosystem Marketplace (2025)

IV. O que vê a lei?

A Europa passou a medir a floresta pela biodiversidade e Portugal já entregou o seu plano

20% até 2030

das zonas terrestres e marinhas da UE com medidas de restauro; todos os ecossistemas degradados até 2050.

386 medidas

no Plano Nacional de Restauro da Natureza, entregue a 28 de agosto de 2026, entre os primeiros Estados-Membros.

Créditos de natureza

apontados pelo Governo, na entrega do plano, como fonte de financiamento, a par dos fundos europeus e do capital privado.

Na floresta, o artigo 12.º pede tendência crescente em pelo menos seis destes sete indicadores, mais o índice de aves

- *Índice de aves comuns florestais (obrigatório)*

1. Madeira morta em pé
2. Madeira morta no solo
3. Florestas de estrutura irregular
4. Conectividade florestal
5. **Carbono orgânico**
6. Espécies arbóreas nativas dominantes
7. Diversidade de espécies arbóreas

O carbono é um em sete. A lei já olha para o hectare inteiro.

Fontes: Regulamento (UE) 2024/1991, art. 12.º, https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1991/oj ; Ministério do Ambiente e Energia, 28 de agosto de 2026

IV. O que vê a lei?

Custo-benefício: restaurar é o investimento com melhor retorno que quase ninguém faz

1 para 15

dólares: cada dólar aplicado em redução do risco de catástrofe evita, em média, quinze em custos de recuperação; na Europa, cada euro em áreas de retenção de água evita quatro em danos (UNEP, 2025)

30 para 1

dólares: por cada dólar investido em soluções de base natural no mundo, cerca de trinta financiam atividades que degradam a Natureza; só 23 mil milhões são capital privado (UNEP, 2026)

55% do PIB

mundial, 58 biliões USD, depende moderada ou fortemente da Natureza; os 163 setores analisados têm uma parte da cadeia de valor altamente dependente (PwC, 2023)

A subtileza que importa

Os retornos do restauro são benefícios para a sociedade, em perdas evitadas; por si só, nada desse valor chega ao proprietário. É por isso que o restauro precisa de instrumentos que levem parte dele até ao hectare.

Fontes: UNEP, State of Finance for Nature 2026 e UNEP, Eco-DRR (2025), https://www.unep.org/news-and-stories/story/reducing-disaster-risk-safeguarding-nature-proves-smart-financial-investment ; PwC, Managing nature risks (2023)

V. Quem pode pagar ao hectare?

Seis portas de *nature finance*, do que já existe ao que está a ser desenhado

Instrumento	Quem paga	O que paga	Em Portugal, hoje
Pagamentos por serviços dos ecossistemas	Empresas, gestores de água, Estado	Práticas e resultados contratados	Casos privados pontuais; sem esquema nacional nem preço de referência
Carbono+ no Mercado Voluntário de Carbono	Compradores de créditos	Carbono com biodiversidade e solo verificados	Três metodologias florestais; primeiros créditos emitidos em 2026
Verificação FSC dos serviços dos ecossistemas	Empresas patrocinadoras	Declarações de impacto verificadas	Ativo em floresta certificada; plataforma TREEnder
Fundos florestais de longo prazo	Investidores institucionais	Gestão e restauro do ativo	Fundo Florestas de Portugal, com investidores corporativos
Fundos europeus e *blended finance*	UE, Estado, filantropia	Redução do risco para atrair capital privado	LIFE, Green Assist; Fundo Europeu para o Restauro em discussão
Créditos de natureza	Empresas, financiadores, Estado	Resultados de Natureza verificados	Roteiro europeu 2025-2027; apontados no Plano Nacional de Restauro

Fontes: mvcarbono.pt e florestas.pt (Carbono+, 2026); FSC Portugal (TREEnder); Fidelidade Sociedade Gestora (Fundo Florestas de Portugal); COM(2025) 374; Ministério do Ambiente e Energia (2026)

V. Quem pode pagar ao hectare?

Créditos de natureza: onde o foco na Natureza traz nova esperança à floresta

1. Certificar a ação

Reconhecer o desenho e a execução, antes de o resultado estar completo.

2. Creditar o resultado

Uma unidade transacionável de resultado verificado, num lugar e num período.

Pagam o que o carbono não vê

Água, solo, *habitat*, paisagem: a metade do valor do hectare que hoje não tem mercado.

Valorizam a floresta que já existe

Montado, carvalhais, galerias ripícolas: carbono já armazenado, raramente adicional, e por isso fora dos créditos de carbono.

Premeiam a floresta que arde menos

Mosaico, estrutura irregular e espécies nativas contam para a lei e reduzem o risco.

Transformam a obrigação em procura

O Estado tem metas até 2030, o plano precisa de terreno privado e aponta os créditos como fonte.

Fontes: COM(2025) 374; Bellona Europa (jun. 2026); Revista Sustentável (jul. 2026); Regulamento (UE) 2024/1991

VI. O dono do hectare

Quem paga um resultado que não consegue ver?

Conhecer	Planear	Gerir e registar	Medir e verificar	Valorizar
Linha de base: *habitats*, espécies, carbono, solo, água	Que práticas levam a que resultado (a teoria da mudança)	Executar e documentar, parcela a parcela	Indicadores repetíveis e verificação por terceira parte	Crédito de natureza, Carbono+, declaração de impacto, contrato ou financiamento

100 mil ha

em 62 operações integradas de gestão da paisagem, em execução no final de 2025, com mais de 180 milhões de euros: a escala agrupada já existe.

A condição é a escala

A norte do Tejo, o prédio rústico médio fica abaixo de um hectare e medir um hectare isolado custa mais do que ele rende. Organizações de produtores, baldios, ZIF e AIGP são a dimensão a que os resultados se veem e se pagam.

Começar pelo que já existe

Plano de gestão, certificação e inventários anteriores são a linha de base; quem tem gestão certificada tem meio caminho andado.

Fontes: FSC Portugal, procedimento de serviços dos ecossistemas; AGIF/SGIFR, relatório 2025 (operações integradas de gestão da paisagem); PEFC Portugal, A floresta portuguesa

VI. O dono do hectare

Seis perguntas que qualquer comprador vai fazer e a integridade que dá preço ao crédito

Linha de base

O que aconteceria sem o projeto?

Adicionalidade

O resultado existe por causa do financiamento?

Permanência

Incêndio, pragas, mudança de uso: quem responde?

Dupla contagem

O mesmo resultado vendido duas vezes?

Alegações

O que pode o comprador dizer, e o que não pode?

Custo de medir

Quanto custa monitorizar, reportar e verificar?

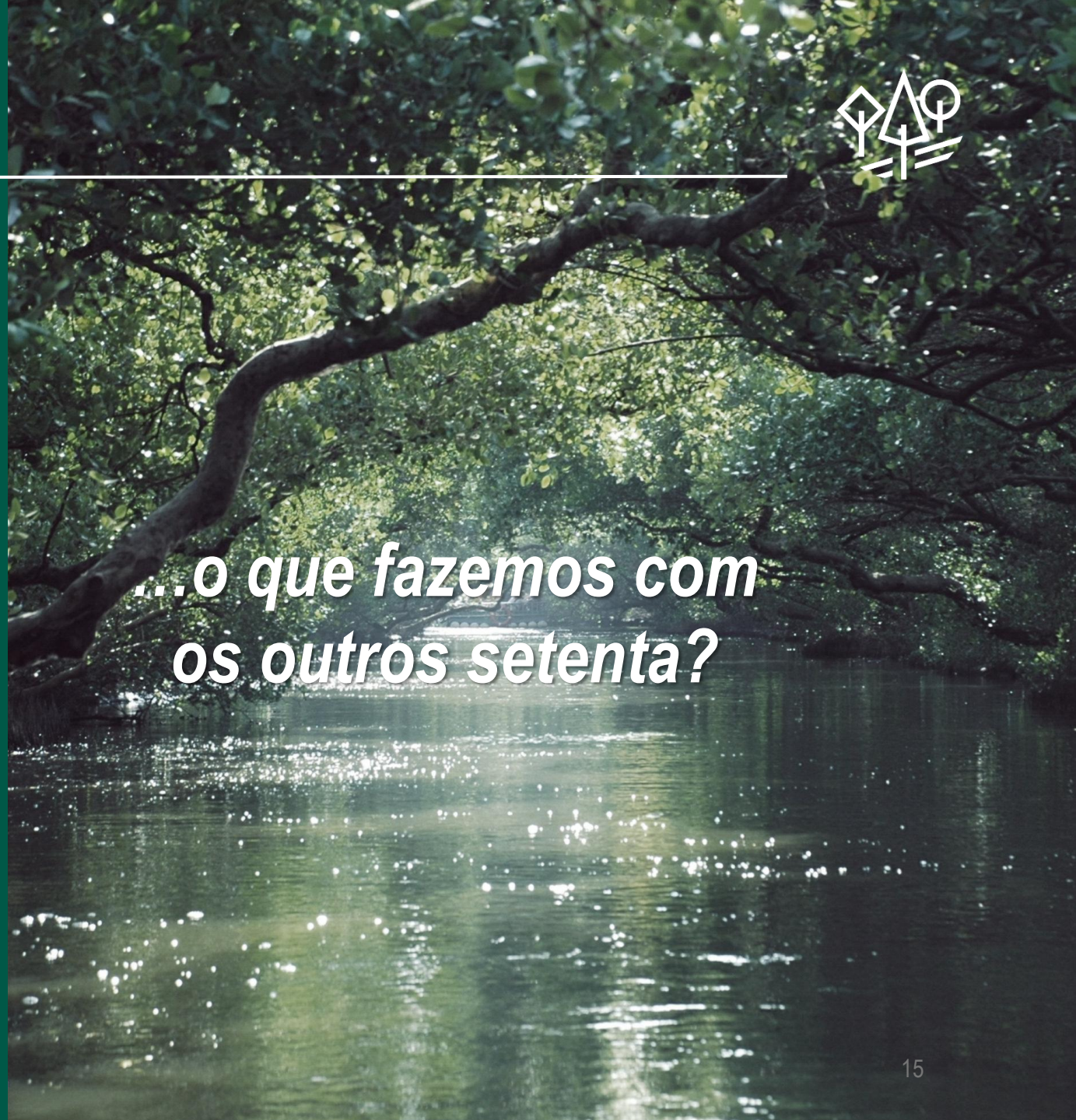
Em Portugal, a permanência é a pergunta que pesa mais. Reservas de créditos e seguro fazem parte do desenho desde o primeiro dia. A credibilidade tem custo e é esse custo que dá valor ao crédito.

Fontes: COM(2025) 374; International Advisory Panel on Biodiversity Credits (2024); FSC Portugal

VII. Uma questão em aberto

Uma floresta é uma decisão a cem anos.

Um crédito de carbono é um contrato a trinta….



Nota biográfica



Nuno Gaspar de Oliveira

Diretor Executivo NBI

nuno.oliveira@nbi.pt

Nuno Gaspar de Oliveira é ecólogo, formado na Faculdade de Ciências de Lisboa, e passou mais de vinte anos a estudar como funcionam os ecossistemas antes de fazer a pergunta que hoje ocupa a NBI – Natural Business Intelligence, que cofundou em 2020: se uma floresta, um solo ou uma ribeira funcionam como sistemas produtivos, porque é que a economia insiste em tratá-los como pano de fundo?

A resposta passa por medir, com rigor ecológico, o que faz a natureza e por desenhar os instrumentos que paguem aquilo que a natureza faz, sejam eles um banco de carbono e natureza para os vinhos do Alentejo, a estratégia ecológica de um fundo florestal ou uma metodologia de carbono azul para o mercado nacional.

Além de Diretor Executivo da NBI, Nuno Gaspar de Oliveira coordena o Grupo de Trabalho “Nature Finance” do BCSD Portugal, é consultor especialista do LIFE Institute Global e ensina no ISEG, INDEG-ISCTE, Católica Porto e Porto Business School.

NBI

NBI
Natural Business Intelligence

Consultora portuguesa de Economia e Ecologia, fundada em 2020, que ajuda empresas, investidores, proprietários e municípios a medir, gerir e financiar o capital natural. Catorze pessoas, 75 clientes e 44 projetos em Portugal, Espanha, Colômbia e São Tomé e Príncipe.

Business as Usual → Business as Natural™

Certificada B Corp

89,0 pontos na B Impact Assessment, contra uma mediana de 50,9: desempenho social e ambiental verificado por entidade independente.

Expert Consultant do LIFE Institute Global

Referencial de integridade em biodiversidade reconhecido pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD/ONU).

Entidade idónea para a prática de I&D

Reconhecimento da AI² no domínio da avaliação, monitorização e proteção de ecossistemas.

Fontes: nbi.pt; ficha pública do B Lab (setembro de 2026); AI², Agência para a Investigação e Inovação (julho de 2026)

FLORESTAS · PT

A apresentação é da autoria de Nuno Gaspar de Oliveira

Sede: Régia Douro Park, Vila Real, 5000 – 033 Andrães
Escritório: Praceta de Alvalade 2ª, 2805-314 Almada
info@nbi.pt | www.nbi.pt

NBI
Natural Business Intelligence